

Construção da paz e desenvolvimento em Timor-Leste: uma análise crítica*

Peacebuilding and development in Timor-Leste: a critical analysis

Paula Duarte Lopes¹

Resumo

Construção da paz e desenvolvimento sustentável são conceitos actualmente assumidos como interligados com várias estratégias e políticas baseadas nessa interligação. No entanto, na prática, esta ligação tem apresentado resultados muito aquém dos esperados devido a problemas relacionados com dinâmicas próprias dos actores e estratégias de desenvolvimento, bem como dos actores e estratégias de construção da paz. O exemplo de Timor-Leste ilustra bem esta desconexão entre expectativas em termos de desenvolvimento e resultados em termos de construção da paz e como a mesma pode fragilizar quer os esforços de desenvolvimento quer os de construção da paz.

Palavras-chave: Construção da paz. Desenvolvimento. Timor-Leste.

Abstract

Peacebuilding and sustainable development are currently assumed as interconnected concepts with several strategies and policies created based on this linkage. However, in practice, this connection has presented results below those expected due to problems related to specific dynamics of development actors and strategies as well as peacebuilding actors and strategies. Timor-Leste constitutes a clear example of this disconnection between development expectations and peacebuilding results and how this disconnection may jeopardize both development and peace efforts.

Keywords: Peacebuilding. Development. Timor-Leste

* Recebido em 12/08/2013.

Aprovado em 30/09/2013.

¹ Esta análise resulta do trabalho desenvolvido no âmbito do projecto de investigação PTDC/CPJ-CPO/115169/2009 (COMPETE-FEDER), “**Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor Leste e a contribuição de Portugal**”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). A autora beneficiou ainda do apoio da Fundação Oriente para a realização do trabalho de investigação em Timor-Leste. Este artigo foi escrito com as regras da língua portuguesa vigentes.

Paula Duarte Lopes é investigadora de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais e professora do Núcleo de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, leccionando no 1o e 2o ciclos de Relações Internacionais, bem como no Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos. Doutora em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Johns Hopkins nos Estados Unidos da América. Mestre em Políticas da Economia Mundial pela London School of Economics and Political Science na Grã-Bretanha. Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. E-mail: pdl@fe.uc.pt.

1 Introdução

A ligação entre ‘construção da paz’ (*peacebuilding*) e desenvolvimento é actualmente aceite de forma mais ou menos consensual em termos conceptuais. Não há desenvolvimento sem paz, e a paz precisa de desenvolvimento para se tornar sustentável. No entanto, a definição conceptual de ambos os termos teve uma evolução paralela que só recentemente começou a ser tratada de forma interligada. Acresce ainda que, para além da evolução conceptual dos termos, a sua aplicação, em termos de actores, políticas e estratégias também tem sido desenhada e implementada de forma autónoma. Apesar de actualmente se poder identificar uma tendência para se apresentarem os conceitos de forma interligada, as práticas ainda têm um longo caminho para se ajustarem a essa nova realidade conceptual.

Smoljan (2003) identifica duas abordagens associadas com a implementação dos conceitos de ‘construção da paz’ e de ‘desenvolvimento’: uma abordagem excludente e uma abordagem inclusiva. No primeiro caso, a abordagem excludente, adoptada, por exemplo, por Kuhne no *Berlin Institute for International Affairs* (1996), argumenta que a construção da paz e o desenvolvimento são duas fases distintas de um processo adoptadas separadamente e em condições diferentes (SMOLJAN, 2003). A construção da paz é um esforço político desenvolvido num período de tempo limitado em resposta a problemas de segurança; enquanto que desenvolvimento consiste numa estratégia de longo-prazo normalmente realizada em condições pacíficas (SMOLJAN, 2003, p. 234). Por outro lado, a abordagem inclusiva considera que a construção da paz e o desenvolvimento se reforçam mutuamente e é defendida, por exemplo, por Boutros-Ghali (A/50/60-S/1995/1) que argumenta que o desenvolvimento subjaz à filosofia de construção da paz, a qual, no limite, não é possível sem ser integrada com uma iniciativa de promoção de desenvolvimento (SMOLJAN, 2003, p. 234-235).

O caso de Timor-Leste ilustra bem a tensão existente entre uma abordagem inclusiva, em teoria, e uma abordagem excludente, em termos de resultados. Após cinco missões das Nações Unidas, incluindo uma Administração Transitória e uma Missão Integrada, os indicadores de desenvolvimento do país estão muito aquém das expectativas criadas. No entanto, as missões de paz das Nações Unidas responsáveis pela construção da paz não tinham um mandato de criação de desenvolvimen-

to e, paralelamente, as iniciativas de promoção e criação de desenvolvimento não estavam necessariamente condicionadas a elementos associados à construção da paz. O argumento discutido neste artigo baseia-se no facto de as missões de paz não terem tido como mandato criar desenvolvimento de forma directa em Timor-Leste e, portanto, não poderem ser avaliadas com base em indicadores de desenvolvimento. No entanto, o argumento mais amplo do artigo defende que não faz sentido falar de uma fase de construção da paz, com mandatos específicos e actividades concretas, se não houver uma articulação com programas de desenvolvimento. Igualmente, pelo outro lado, também não faz sentido implementar programas, políticas, estratégias ou projectos de desenvolvimento, especialmente em contextos de pós-conflito violento, sem se adoptar uma abordagem estrutural e transversal de construção da paz. Investir na implementação de um dos conceitos sem o outro fragiliza de forma directa a sustentabilidade dos resultados que possam vir a ser obtidos em termos de paz e desenvolvimento.

O artigo começa por analisar a evolução conceptual dos termos ‘construção da paz’ e ‘desenvolvimento’ e identificar as suas interligações. Em seguida, apresenta-se uma análise dos mandatos das missões das Nações Unidas em Timor-Leste no sentido de se identificarem as relações com o processo de desenvolvimento. A secção seguinte discute os indicadores do processo de desenvolvimento em Timor-Leste, identificando as dinâmicas de fragilização dos esforços de construção da paz. O artigo termina com algumas considerações finais sobre a necessidade de estes conceitos serem considerados de forma articulada não só teóricamente mas na prática, sob pena de não ser possível garantir a sustentabilidade de qualquer dos processos, seja de construção da paz, seja de desenvolvimento, pois um sem o outro não sobrevive. A parte analítica do artigo é baseada numa revisão da bibliografia existente sobre o tema, bem como em informação recolhida em Timor-Leste através de entrevistas qualitativas semi-estruturadas e observação directa em Junho-Julho de 2012 e Julho de 2013.

2 Construção da paz e desenvolvimento: conceitos e implementação

O conceito de ‘construção da paz’ tem sido desenvolvido no seio das Nações Unidas desde 1992 com *Uma*

Agenda para a Paz (A/47/277), onde é apresentado como uma operação para “identificar e apoiar estruturas que tendam a fortalecer e consolidar a paz” (§21) e cujo objectivo é a “construção de um novo ambiente [...] [de] trabalho de cooperação sustentado dirigido aos problemas económicos, sociais, culturais e humanitários na base do conflito violento com o intuito de contribuir para uma paz com fundações que persistam no tempo, evitando assim um relapso da violência” (§57). O conceito apresenta assim uma definição de paz que não se resume à ausência de violência, mas que é “uma estrutura em si mesma, auto-sustentável” (CAVALCANTE, 2010, p. 6). As actividades incluem “desmilitarização, controlo de armas ligeiras, reforma institucional, melhoria nos sistemas policial e de justiça, monitorização de direitos humanos, reforma eleitoral e desenvolvimento social e económico” (A/50/60, 1995: §47). A ‘construção da paz’ é considerada “um processo complexo e longo de criação das condições necessárias para uma paz sustentável” (UN, 2008, p. 18). Assim, determinadas missões de paz das Nações Unidas são caracterizadas por mandatos que mencionam explicitamente a ‘construção da paz’ ou actividades que se podem identificar como pertencentes a um esforço de ‘construção da paz’ conforme definido nos documentos oficiais das Nações Unidas. Em 2005 foi criada nas Nações Unidas a Comissão de Construção da Paz com o intuito de fornecer uma arquitectura institucional para melhor apoiar os esforços de construção da paz em países na fase de pós-conflito violento.

Apesar do conceito adoptado pelas Nações Unidas reconhecer a natureza complexa e de longo-prazo associada à ‘construção da paz’, a sua implementação tem sido caracterizada por uma abordagem essencialmente técnica baseada no pressuposto que “o principal ‘problema’ com estados propensos ao conflito e em fase pós-conflito é a falta de instituições estatais ‘efectivas’” (NEWMAN, 2011, p. 1742). Percebe-se assim que “o principal alicerce” actual do modelo de ‘construção de paz’ das Nações Unidas seja a ‘construção das instituições estatais’ (BLANCO, 2009, p. 2). Como Newman salienta, as missões das Nações Unidas partem de uma perspectiva limitada de ‘construção da paz’, onde objectivos de bem-estar, desenvolvimento humano, justiça social e democracia inclusiva são secundários e devem ser promovidos pelas autoridades nacionais no longo-prazo (NEWMAN, 2011, p. 1737).

No que diz respeito ao conceito de ‘desenvolvimento’, este tem sido uma constante no âmbito de acções

externas de apoio ao desenvolvimento. Até à década de 1990, ‘desenvolvimento’ foi equacionado quase exclusivamente com crescimento económico. Na última década do século XX, desenvolvimento passa a incluir políticas, inicialmente económicas, mas rapidamente também políticas sociais e ambientais. O conceito de desenvolvimento adquire uma ‘face humana’ e uma preocupação não só com as gerações presentes, mas também com as gerações futuras (sustentabilidade). O conceito de ‘desenvolvimento humano’ é apresentado no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento como “um processo de alargamento das escolhas das pessoas”, focado essencialmente em garantir uma vida longa e saudável, o acesso à educação e o acesso a recursos necessários para viver uma vida condigna a cada pessoa (UNDP, 1990: 10). Este mantém-se o conceito referencial de desenvolvimento, ainda que em 2000 tenha sido adoptada a Declaração do Milénio na Assembleia Geral das Nações Unidas (A/55/L.2), definido oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Estes centram-se na erradicação da fome e da pobreza extrema e incluem metas quantitativas a serem atingidas até 2015 no que diz respeito a educação, saúde, sustentabilidade e questões de género.

O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico definiu em 1997 que o papel da ajuda ao desenvolvimento em situações de emergências complexas deve promover “um ambiente de ‘estabilidade estrutural’ como base para um desenvolvimento sustentável” (OECD, 2001, p. 80). Para o CAD, ‘estabilidade estrutural’ consiste num ambiente “em que existem estruturas sociais e políticas dinâmicas e representativas capazes de gerir mudança e resolver disputas sem recurso à violência” (OCDE, 2001, p. 80).

3 Missões de paz em Timor-Leste

Lothe e Peake (2010, p. S427) identificam dois períodos onde a presença das Nações Unidas se caracterizou de forma distinta: 1999-2006 – em que as missões se centraram essencialmente na ‘construção do estado’ (*statebuilding*); e pós-2006 – em que as Nações Unidas basicamente obtiveram uma oportunidade de refazer o que tinham feito antes. As Nações Unidas tiveram um papel tripartido: como *peace-maker*, facilitando um acordo de paz; como

peace-keeper, monitorizando o acantonamento e a desmobilização das forças de libertação de Timor-Leste, a relocação de refugiados e deslocados; e como *peace-builder*, monitorizando e organizando a implementação de uma nova infraestrutura política, pública e económica, com particular atenção para os direitos humanos e a realização de eleições democráticas nacionais (CROISSANT, 2006).

As cinco missões de paz das Nações Unidas que estiveram em Timor-Leste desde 1999 até 2012, tiveram diferentes tipos de mandatos, incluindo imposição da paz, manutenção da paz e construção da paz. Como discutido na secção conceptual, a ‘construção da paz’ tem sido implementada pelas Nações Unidas com um enfoque, por vezes quase exclusivo, na criação de estruturas institucionais capazes de responderem aos diferentes desafios que se colocam numa situação de pós-conflito violento, nomeadamente na área da segurança e da governação. A criação destas estruturas tem sido acompanhada por um investimento estrutural na transferência de competências (*capacity building*) para criar as condições necessárias para que os recursos humanos locais possam assumir os designios do seu próprio país com as instituições e as competências indispensáveis para esse efeito.

Desta forma, fazendo uma análise apenas dos mandatos das diferentes missões que estiveram em Timor-Leste, rapidamente se percebe que a abordagem das Nações Unidas seguiu de forma clara esse modelo de construção da paz. A primeira missão das Nações Unidas em Timor-Leste (S/RES/1246, 1999) – *United Nations Mission in East Timor* (UNAMET) – tinha como mandato central a organização da consulta popular que permitiria ao povo timorense escolher entre a autonomia do território dentro da Indonésia ou a independência. A escolha pela independência ganhou com 78,5% dos votos com 98% de participação dos recenseados. No seguimento deste resultado, vários confrontos violentos eclodiram por todo o território levando a que a UNAMET vi-se o seu mandato reforçado nomeadamente com componentes militar e de polícia civil (S/RES/1262, 1999) e viesse mesmo a ser apoiada por uma missão de imposição da força – *International Force for East Timor* (InterFET) – com o mandato de restaurar a paz e a segurança, apoiar a UNAMET e dar assistência humanitária (S/RES/1264, 1999).

A Administração Transitória (UNTAET) – 1999-2002 – abrange um leque de actividades que se podem

identificar como de ‘construção da paz’, apesar do seu mandato não referir o termo: facultar segurança e manutenção de ordem pública; estabelecer uma administração efectiva; apoiar no desenvolvimento de serviços civis e sociais; assegurar a coordenação e distribuição de assistência humanitária, reabilitação e assistência ao desenvolvimento; apoiar o desenvolvimento de capacidades para o auto-governo; e apoiar a criação de condições para um desenvolvimento sustentável (S/RES/1272, 1999 e subsequentes renovações). Para este efeito o trabalho da UNTAET centrou-se em três componentes: governação e administração pública, assistência humanitária e reabilitação de emergência, e militar. Segundo Richmond e Franks, a UNTAET estava mal equipada para construir a paz porque foi estruturada como uma missão de manutenção da paz (RICHMOND; FRANKS 2008, p. 190).

As duas missões seguintes – *United Nations Mission of Support in East Timor* (UNMISSET) e *United Nations Office in East Timor* (UNOTIL) – são muito diferentes na sua natureza, mas são semelhantes no facto em que nenhum dos mandatos refere a construção da paz como objectivo. A UNMISSET é uma missão com alguma envergadura de apoio ao Estado timorense com a restauração da independência em Maio de 2002. O seu mandato inclui preocupações resultantes do trabalho iniciado pela UNTAET: estabilidade, democracia e justiça; segurança pública e imposição da lei; e segurança externa e controlo de fronteiras (S/RES/1410, 2002). A UNOTIL é uma missão política, cujas actividades se limitam a apoiar o governo timorense no que diz respeito essencialmente ao desenvolvimento de instituições estatais, ao desenvolvimento da polícia, e ao treino de dez oficiais de direitos humanos (S/RES/1599, 2005). No Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Conselho de Segurança no âmbito da crise de 2006 (S/2006/628) são identificadas as causas principais para a crise como sendo políticas e institucionais, mas refere-se ainda que “a pobreza e as privações associadas, incluindo desemprego urbano elevado e a ausência de qualquer possibilidade de... oportunidades de emprego num futuro próximo, especialmente para a população mais jovem, também contribuíram para a crise” (§34). Segundo Lothe and Peake, a crise de 2006 fez o ‘relógio do desenvolvimento andar para trás’ em Timor-Leste (LOTHE; PEAKE, 2010, p. S434).

A *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste* (UNMIT) é a única missão que refere de forma explícita

ta a construção da paz no seu mandato. Após os conflitos violentos e a instabilidade política de 2006, o governo timorense solicita às Nações Unidas uma nova missão que contribua de forma robusta e sólida para a consolidação do desenvolvimento institucional iniciado com a UNTAET e continuado, de certa forma, com a UNMISSET. Desta forma a UNMIT tem definido no seu mandato nomeadamente apoiar o governo timorense na consolidação da estabilidade e da cultura democrática; apoiar a realização das eleições de 2007; assegurar a ordem pública; apoiar o controlo de fronteiras; apoiar a consolidação do sector da justiça; apoiar a monitorização, promoção e protecção dos direitos humanos; facilitar a provisão de assistência humanitária; e cooperar e coordenar esforços internacionais na construção da paz e *capacity-building* e ajudar o governo na definição de uma estratégia de redução da pobreza e promoção do crescimento económico (S/RES/1704, 2006).

Assim, em termos globais, é possível argumentar que os mandatos da UNTAET e da UNMIT incluem actividades características da construção da paz, apesar de apenas o mandato da UNMIT referir o termo de forma explícita. No entanto, a análise conjunta dos mandatos das várias missões revela de forma clara a ênfase dada ao sector da segurança e à criação de instituições (legislativas, executivas, judiciais, administração pública). Mesmo no mandato da UNMIT a referência à construção da paz elenca acções de cooperação e coordenação de esforços internacionais e de ajuda ao governo na definição de estratégias, não está previsto um envolvimento da missão em acções directas de redução da pobreza e/ou promoção do crescimento económico, ou de envolvimento directo no financiamento e/ou decisão de criação/reabilitação de serviços públicos na área da saúde ou educação, por exemplo. As missões de paz das Nações Unidas não podem ser avaliadas com base em critérios para as quais não foram mandatadas. No entanto, pode-se argumentar, em termos globais, que todas elas visaram a redução das vulnerabilidades económicas, sociais e políticas em Timor-Leste. E deste ponto de vista, pode-se concluir que houve um enfoque directo e estrutural na redução das vulnerabilidades políticas, ficando as vulnerabilidades económicas e sociais para outros actores. O problema recorrente deste tipo de abordagens é que estas vulnerabilidades estão interligadas e não abordar essa interligação desde o

início requer uma estratégia muito rápida e bem dirigida na fase pós-UNMIT para corrigir as discrepâncias criadas ao nível destas três dimensões. A redução das vulnerabilidades políticas só será sustentável se a curto-médio prazo as vulnerabilidades económicas e sociais também sejam reduzidas e o leque de oportunidades nestas diferentes dimensões seja alargado a uma parte significativa da população. Caso contrário pressões económicas e sociais rapidamente podem fazer descarrilar os progressos nas áreas política e de segurança.

4 Desenvolvimento em Timor-Leste

Após 12 anos de missões de paz em Timor-Leste e 10 anos da restauração da sua independência, um dos aspectos que ainda caracteriza o país de forma visível é a falta de infraestruturas básicas: abastecimento de água potável, saneamento básico, electricidade, vias de comunicação terrestres, saúde e educação, entre outras. A análise torna-se ainda mais difícil devido à falta de dados credíveis e comparáveis. Não se encontram séries de números da última década consistentemente da mesma fonte e com a utilização dos mesmos critérios para o seu cálculo. Desta forma, esta secção baseia-se na análise de dados facultados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, dados aceites pelo governo timorense e factos identificados através de observação directa.

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), numa década, Timor-Leste sofreu uma alteração significativa do seu valor, um aumento de cerca de 35% (ver Tabela 1). Convém referir que na primeira metade da década (2000-2005), o aumento do IDH deveu-se quase exclusivamente ao aumento do número de anos da esperança média de vida da população timorense (cerca de 6%). A dinâmica é bastante diferente na segunda metade da década (2005-2010), em que a melhoria do IDH, cerca de 22,5%, se deve antes a um aumento significativo no número de anos que os timorenses passam na escola (aumento de 57%) e, de forma crucial, ao aumento do Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* de cerca de 156,5% (dados em dólares americanos a preços de 2005). Os valores do IDH relativos aos últimos dois anos reflectem um aumento baixo na ordem de 1% e que se deve essencialmente ao aumento do RNB *per capita* que se manteve entre 7,5% e 8%.

Tabela 1 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano e suas componentes

IDH	2000	2005	2010	2011	2012
	0,418	0,461	0,565	0,571	0,576
Esperança média de vida	56,2	59,6	62	62,5	62,9
Média de anos de escolaridade	2,8	2,8	4,4	4,4	4,4
Anos de escolaridade esperados	10	10	11,7	11,7	11,7
RNB per capita (2005 US\$)	1195	1830	4694	5069	5446

Fonte: Dados disponíveis em <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/default.html> [27 de Junho de 2013].

Desta breve análise, dois aspectos merecem destaque, a esperança média de vida, desde a restauração da independência (2002) não tem sofrido alterações significativas, sendo que existem países com menor RNB per capita e com valores mais elevados nesta componente, por exemplo o Vietnam que apresenta uma esperança média de vida de 75,4 anos com 2970 US\$ per capita (UNDP, 2013, p. 146). O aumento inicial da esperança média de vida logo após a consulta popular em 1999 é directamente explicado pela diminuição directa do número de mortos em idades baixas devido ao final da resistência armada à ocupação indonésia. O não aumento significativo deste indicador na segunda metade da década, por seu lado, sugere que os elementos de melhoria da qualidade e do acesso da população aos serviços de saúde e a uma alimentação saudável não têm tido um impacto significativo no quotidiano da população timorense.

Cruzando estes valores com os dados existentes para o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 1 – Reduzir para metade a pobreza extrema e a fome até 2015 para Timor-Leste (ver Tabela 2), este aumento muito gradual da esperança média de vida dos timorenses fica melhor contextualizado.

Tabela 2 – Evolução do ODM 1: pobreza extrema e nutrição

ODM 1	2001	2007	2009	2015
% pessoas a viver abaixo do limiar mínimo de pobreza	36	49,9	41	14
Crianças com menos de cinco anos com problemas de nutrição	45	48,6	45	31

Fonte: RDTL, 2010: 43.

Na primeira metade da última década, o número de pessoas a viverem em pobreza extrema em Timor-Leste parece ter aumentado. É preciso, no entanto, referir que o valor para 2001 foi contabilizado com base num limiar mínimo de pobreza de \$0,51, enquanto que o valor de 2007 foi calculado com base no limiar mínimo de pobreza de \$0,88, o que pode explicar o aumento verificado. Ainda assim, de 2007 para 2009, os critérios de cálculo são os mesmos, e apesar de se verificar uma diminuição no número de pessoas a viverem abaixo do limiar mínimo de pobreza, o valor elevado (41%) revela-se preocupante. Se juntarmos a esta análise a evolução no que diz respeito à nutrição das crianças com menos de cinco anos, novamente os dados sugerem um aumento do número de crianças com menos de cinco anos com problemas de nutrição na primeira metade da década passada (2001-2006). Novamente, o valor deste elemento diminuiu para 2009, mas ainda se encontram a um nível assustadoramente elevado, com 45% das crianças com menos de cinco anos a apresentarem sintomas de falta de nutrição. Estas dinâmicas contextualizam o facto da esperança média de vida à nascença em Timor-Leste não apresentar resultados positivos significativos nos últimos cinco anos.

Um outro dado significativo para melhor compreender o alcance destes dados é o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que analisa as privações da população ao nível da educação, saúde e nível de vida e que os Relatórios de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento incluem nas suas análises desde 2010. No caso de Timor-Leste, apesar de alguma informação ainda ser caracterizada por problemas de cálculo e recolha de dados credíveis, o IPM apresenta um valor de 0,360 para 2009-2010, com cerca de 68,1% da população em pobreza multidimensional (UNDP, 2013, p. 160). Mas o mais relevante para complementar a análise apresentada sobre o nível de desenvolvimento humano em Timor-Leste é ter em conta o nível de contribuição das diferentes dimensões para este valor do IPM: a educação contribui com cerca de 21,3%, a saúde com cerca de 31% e o nível de vida com cerca de 47,7% (UNDP, 2013, p. 160). O nível de vida inclui acesso a electricidade, água potável, saneamento básico, o tipo de chão que a habitação possui (terra, areia ou outro), o tipo de combustível utilizado para cozinhar (madeira, carvão ou composto) e o número de equipamentos que possui (bicicleta, motorizada, televisão ou rádio) (ALKIRE; SANTOS, 2010, p.

XX). Desta forma, este índice identifica que as condições de vida contribuem com quase 50% para a pobreza aguda que a população timorense vive e que estas condições adicionadas à situação de saúde medida com base na mortalidade infantil e no número de pessoas com problemas de nutrição são responsáveis por quase 80% das causas da pobreza em Timor-Leste. Independentemente do rigor dos dados, estes valores identificam um cenário claro em termos das dimensões mais preocupantes ao nível da pobreza no país.

E, desta forma estes valores põem em causa o processo de alargamento de oportunidades para a população timorense e contribuem directamente para um impacto fraco na redução das suas vulnerabilidades económicas, sociais e políticas. Desta forma, uma população que não espera e não vive uma vida longa e saudável, nem uma vida com níveis significativos de educação, tem dificuldades estruturais em adquirir as competências necessárias para contribuir para a construção da paz de uma forma sustentável. Estando a segurança básica diária assegurada (pelo governo ou por entidades externas), as suas prioridades são inequivocamente outras. Um processo de construção de paz sem alicerces ou com fundações muito superficiais não resistirá a mudanças rápidas ou a convulsões sociais, económicas e/ou políticas. Por exemplo, várias das pessoas entrevistadas ao nível do governo, quando questionadas sobre os desafios que se colocam actualmente ou num futuro próximo a Timor-Leste identificaram o desemprego de jovens como uma ‘bomba-relógio’. Alguns acrescentaram ainda que o aumento das desigualdades económico-sociais crescentes, entre a capital de Díli e o resto do país, entre os pobres que trabalham e os que enriquecem rapidamente (sem se perceber muito bem de quê), entre uma elite educada, com empregos muito bem pagos e acesso a um padrão de vida similar a qualquer país desenvolvido, e uma população que vive sem acesso aos serviços básicos de saúde, educação, água potável, saneamento básico e uma alimentação saudável, constitui uma ‘bomba silenciosa’ em crescimento.

5 Conclusão

A análise da relação entre construção da paz e desenvolvimento neste artigo mostra como os conceitos estão intimamente interligados. O caso de Timor-Leste ilustra como esta interligação ainda não é concretiza-

da na prática. Existem esforços, mas os resultados são extremamente questionáveis. Um país considerado ‘físicamente’ seguro, mas no qual a rede de água potável e saneamento básico são praticamente inexistentes, fragiliza de forma estrutural o sucesso obtido em termos de segurança interna. É obviamente importante que a população se sinta segura para desenvolver as suas actividades quotidianas e fazer as suas escolhas, mas se não existe a possibilidade de escolha por ainda não haver serviços básicos, se não existe a possibilidade de evolução profissional e pessoal por ainda não haver infraestruturas para esse efeito, a ‘segurança interna’ pode rapidamente ser posta em causa. Conclui-se da impossibilidade de dissociar desenvolvimento humano de construção da paz e, portanto, de estabelecer sequências e fases precisas e concretas de desenvolvimento e de construção da paz. Mas a abordagem inclusiva, por vezes, deixa os actores sem saber como agir e a que dar prioridade. A breve análise aqui desenvolvida permite sugerir que a construção da paz não deve ser um mandato, uma fase, um tipo de missão, mas antes o enquadramento de toda e qualquer acção externa num outro país, seja ele palco de um conflito violento ou esteja ele já na fase de pós-conflito violento. Este enquadramento de construção da paz permite que todas as acções – missões, intervenções, projectos, modelos, programas, apoios... – sejam enquadradas e ajustadas no sentido de contribuirem para a construção da paz nos termos definidos pelas Nações Unidas de criar as condições necessárias a uma paz sustentável. Paz esta que é mais que a ausência de violência física e, por isso, inclui toda a dinâmica de promoção, apoio e criação de desenvolvimento humano. Em primeiro lugar, o enfoque na construção de instituições, ainda que necessário, não é sustentável se estas não tiverem raízes na sociedade e dinâmicas locais. Em segundo lugar, as instituições constituem apenas a infraestrutura, mas sem desenvolvimento humano, esta infraestrutura não tem para quem funcionar nem onde se sustentar. E, em terceiro lugar, a construção da paz é algo diário, é algo que precisa de infraestrutura, mas que é concretizada na dia-a-dia de cada um/a nas suas interacções sociais, política, económicas, religiosas, pessoais e profissionais, quer individualmente como em comunidade. Enquanto estes aspectos não foram internalizados nas missões de paz e no apoio ao desenvolvimento, a sustentabilidade destes esforços mantém-se sempre demasiado provisória.

Referências

- ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. *Acute Multidimensional Poverty: a new index for developing countries*. United Nations Development Programme, 2010.
- BLANCO, Ramon. State-building: uma perspectiva crítica. *Cabo dos Trabalhos*, Coimbra, Portugal, No. 3, p 1-15, 2009.
- CAVALCANTE, Fernando. As origens conceituais da construção da paz das Nações Unidas. *Universitas:Relações Internacionais*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 1-22, 2010.
- CROISSANT, Aurel. International Interim Governments, Democratization and Post-conflict Peace-building: Lessons from Cambodia and East Timor. *Strategic Insights*, Monterey, California, USA, v. 5, n.1, , 2006.
- KUHNE, Winrich. *Winning the Peace*: Stiftung Wissenschaft und Politik. Berlin: Research Institute for International Affairs, 1996.
- LOTHE, Elisabeth; PEAK, Gordon. *Addressing symptoms but not causes: stabilisation and humanitarian action in Timor-Leste*. *Disasters*, Malden, Massachusetts, USA, v. 34, n. 3, p. 427–S443, 2010.
- OECD. *The DAC Guidelines: Helping Prevent Violent Conflict*: international development. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development, 2001.
- NEWMAN, Edward. A Human Security Peace-Building Agenda. *Third World Quarterly*, London: Routledge, v. 32, n. 10, p.1737-1756, 2011.
- RDTL. *Millennium Development Goals 2010: where we are now! where do we want to be in 2015?* Dili: United Nations Country Team, 2010.
- RICHMOND, Oliver P.; FRANKS, Jason. Liberal Peacebuilding in Timor Leste: The Emperor's New Clothes? *International Peacekeeping*, London: Rotledge, v. 15, n. 2, p. 185-200, 2008.
- SMOLJAN, Jelena. The relationship between peace building and development. *Conflict, Security & Development*, London: Routledge, v. 3, n. 2, p. 233-250, 2003.
- UNDP. *Human Development Report 2013: the rise of the south: human progress in a diverse world*. New York: United Nations Development Programme, 2013.
- UNDP. *Human Development Report 1990: concept and measurement of human development*. New York: United Nations Development Programme, 1990.
- UN. *United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines*. New York: United Nations, 2008.